

ATA DE REUNIÃO

PAUTA DA REUNIÃO:

Reunião Pena Justa – Análise das medidas apresentadas pelos integrantes da sociedade civil durante a audiência pública e considerações do Chefe do Poder Executivo.

Reunião Híbrida

Data: 07/07/2025

Horário de Início: 11h00

PARTICIPANTES:

- Dr. Reinaldo Oliveira Dutra – Juiz Auxiliar da Presidência e membro do GMF/GO;
- Dra. Vanessa Estrela Gertrudes – Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça e membro do GMF/GO;
- Dr. Fernando Oliveira Samuel – Juiz de Direito e membro do GMF/GO;
- Hugo Otávio Vilela – Juiz Federal (participação virtual);
- Sávio Fraga Greco – Ministério Público;
- Dr. Alpiniano do Prado Lopes – Procurador do Trabalho – MPT;
- Luciano Teles Vieira – Ministério Público do Trabalho;
- Leoni Caiado – Policial Penal;
- Regismar F. de Souza – Policial Penal;
- Josimar Pires N. do Nascimento – Diretor-Geral da Polícia Penal;
- Berenice Genito – Conselho da Comunidade;
- Marcelo Borges de Sousa – Conselho da Comunidade;
- Aline Rachel Gonçalves Costa – Policial Penal;
- Leopoldo de Castro Coelho – Policial Penal;
- Franciele Silva Cardoso – Universidade Federal de Goiás;
- Matheus Santana Leonel – Assessor da Presidência;
- Leandro Pereira Cardoso – Assessor do GMF/GO;
- Caio Augusto Rodrigues Pedroso – Secretário do GMF/GO;
- Leoni Ramos Caiado – Policial Penal;
- Dra. Ariela Lima Andrade – Defensoria Pública (participação virtual);
- Isadora Costa – Ordem dos Advogados do Brasil (participação virtual);

- Ana Flávia – Policial Penal (participação virtual);
 - Cláudia Luiz Lourenço – Universidade Federal de Goiás (participação virtual).
-

CONDUÇÃO DOS TRABALHOS:

Dr. Reinaldo Oliveira Dutra – Juiz Auxiliar da Presidência.

DISCUSSÕES:

1. Abertura dos Trabalhos

A reunião foi iniciada com a menção ao êxito da audiência pública recentemente realizada, conforme avaliação geral dos participantes. Aprovou-se, por unanimidade, a inclusão de dois novos membros no CEPP: um representante da Associação dos Apátridas e um representante de associação da comunidade LGBT, indicado pelo Dr. Danilo. Definiu-se que os nomes desses representantes deverão ser apresentados na próxima reunião.

2. Andamento do Plano Pena Justa

O Diretor-Geral da Polícia Penal, Josimar, apresentou os avanços na elaboração do Plano Pena Justa, informando que o documento já foi submetido ao Governador Ronaldo Caiado e ao Procurador-Geral do Estado, tendo sido bem acolhido. Ressaltou-se que as adequações sugeridas, inclusive aquelas provenientes da audiência pública, foram devidamente incorporadas. Destacou-se, ainda, a necessidade de revisar o modelo dos escritórios sociais, sugerindo-se sua substituição ou complementação com a ampliação dos serviços da CIAP, priorizando soluções viáveis frente às limitações orçamentárias e operacionais.

3. Encaminhamentos sobre Escritórios Sociais e CIAPs

Deliberou-se que cada sede regional da Polícia Penal (totalizando oito) deverá contar com, no mínimo, um escritório social implantado. Salientou-se que Goiânia já possui uma unidade funcional. Ficou definido que as metas considerarão as oito regionais existentes na data desta reunião, a fim de evitar inconsistências em futuras alterações administrativas. A expansão da CIAP será tratada como prioridade, com o apoio de universidades para a formação de equipes multidisciplinares.

4. Discussão sobre Propostas da Audiência Pública

Foram apresentadas e debatidas as propostas encaminhadas por representantes da sociedade civil durante a audiência pública. As deliberações foram as seguintes:

- Criar nova medida para garantir a entrega digital ou física dos certificados de cursos no momento da saída da pessoa privada de liberdade (PPL).
- Estabelecer meta para realização semestral de eventos culturais e de bem-estar nas unidades com mais de 200 custodiados.

- Definir meta para alcançar, no mínimo, 10% das pessoas privadas de liberdade aptas (com ensino médio concluído) com acesso a cursos superiores na modalidade a distância.
 - Criar medida para implementar um fluxo informativo no momento da soltura, contemplando orientações e entrega de objetos básicos, como vestuário, transporte e alimentação.
 - Realizar, anualmente, ao menos uma campanha de combate ao preconceito contra egressos, a ser promovida por cada instituição integrante do comitê.
 - Incluir medida de capacitação periódica dos servidores da Polícia Penal, com foco no atendimento humanizado a familiares e custodiados.
 - Ampliar a medida existente sobre grupos reflexivos, incluindo também familiares das pessoas privadas de liberdade.
-

5. Deliberações:

Ficaram aprovadas as seguintes medidas:

1. Incluir dois novos membros no CEPP:
 - Um representante da Associação dos Apátridas.
 - Um representante de associação da comunidade LGBT, indicada pelo Dr. Danilo.
2. Reprogramar a distribuição dos escritórios sociais, garantindo ao menos um escritório social implantado por cada uma das oito regionais da Polícia Penal;
3. Priorizar a expansão da CIAP, contando com o apoio de universidades para compor equipes multidisciplinares;
4. Criar nova medida para entrega digital ou física dos certificados de cursos no momento da saída da PPL;
5. Estabelecer meta para realização semestral de eventos culturais e de bem-estar nas unidades com mais de 200 custodiados;
6. Definir meta para alcançar, no mínimo, 10% das pessoas privadas de liberdade aptas (com ensino médio concluído) com acesso a cursos superiores na modalidade a distância;
7. Criar medida para implementar um fluxo informativo no momento da soltura, contemplando orientações e entrega de objetos básicos, como vestuário, transporte e alimentação;
8. Realizar, anualmente, ao menos uma campanha de combate ao preconceito contra egressos, a ser promovida por cada instituição integrante do comitê;
9. Incluir medida de capacitação periódica dos servidores da Polícia Penal, com foco no atendimento humanizado a familiares e custodiados;
10. Ampliar a medida existente sobre grupos reflexivos, incluindo também familiares das pessoas privadas de liberdade;

11. Ajustar as adequações finais do plano, a serem elaboradas pelo Diretor-Geral da Polícia Penal e apresentadas ao CEPP até o dia 09/07/2025, para posterior encaminhamento ao Governador até o dia 11/07/2025, visando aprovação formal;
 12. Realizar a assinatura oficial do plano após o retorno do Governador da viagem ao Japão, prevista para o período de 10 a 23 de julho de 2025.
-

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Eu, Caio Augusto Rodrigues Pedroso, Secretário do GMF/GO, lavrei a presente ata.

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 109593996630 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202501000596284 (Evento nº 28)

Caio Augusto Rodrigues Pedroso

TERCEIRIZADO

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 08/07/2025 às 08:54

FERNANDO OLIVEIRA SAMUEL

JUIZ DE DIREITO

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 08/07/2025 às 15:06

LEANDRO PEREIRA CARDOSO

ASSESSOR DO GMF

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 08/07/2025 às 09:32

REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA

JUIZ AUXILIAR

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Assinatura CONFIRMADA em 07/07/2025 às 18:44

Vanessa Estrela Gertrudes

JUIZ DE DIREITO

1ª JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 08/07/2025 às 17:08

MATHEUS SANTANA LEONEL

ASSESSOR DE JUIZ DE DIREITO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA - REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA

Assinatura CONFIRMADA em 07/07/2025 às 18:38

